

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO DESENVOLVIMENTO
PRIMÁRIO

TERMO DE REFERÊNCIA DO QUARTO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

1- Licitação para concessão de uso oneroso do quarto 18, localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 - O quarto 18 destinar-se-á para o ramo de restaurante e lancheria com área de 70,02m2.

1.3 - O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº 18, será de R\$ 1.760,78 (mil, setecentos e sessenta reais e setenta e oito centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, pelos índices vigentes de variação da (URM) Unidade de Referência Municipal;

1.4 - O prazo de locação será de (05) anos a contar da assinatura do contrato tendo em vista que as benfeitorias que julgar necessárias a ser executada serão de inteira responsabilidade do vencedor do presente processo licitatório, seu custo não será abatido no valor das prestações mensais;

1.5 - O valor mensal da concessão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 - Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 - Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do quarto nº 18 e de 70,02m2 não será permitido alterar as características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO DESENVOLVIMENTO
PRIMÁRIO

regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

1.11 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

1.12 - O prazo de pagamento da concessão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.13 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;

1.14 - Quaisquer benfeitorias que julgar necessário deverá ser de conformidade com o PLANO DE RESTAURO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, com a devida autorização pela concedente e fiscalizada com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP. Os custos das benfeitorias realizadas não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações;

1.15 - As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

1.16 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.17 - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização;

1.18 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

1.19 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária 10% do valor da permissão pelo lapso de tempo devidamente comprovado pelo não funcionamento da atividade;

1.20 - O não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais constituirá motivo para a plena rescisão do contrato;

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO DESENVOLVIMENTO
PRIMÁRIO

1.21 – Declaração expressa que concorda em efetuar todas as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária

122 – o atestado de visita deverá ser agendado junto a Secretária de Município em até (02) dois dias uteis antes da abertura das propostas;

1.23 – Será permitida a participação de permissionários do Mercado Público Municipal, desde que, em caso de vitória, se desfaça da permissão anterior;

1.24 – Serão vedados às participações de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.25 – Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.

1.26- O vencedor do processo licitatório terá 05 (cinco) dias úteis a contar da data da homologação para comprovar a solicitação de alteração ou a criação de filial na JUCERGS- Junta comercial do Rio Grande do Sul o descumprimento deste requisito implicará na não assinatura do Termo de Contrato de Permissão de Uso Oneroso com o Município;

1.26 – Não serão permitidas a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada ou colocação mesas e cadeiras no passeio público (calçada);



José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário